



JUCESP PROTOCOLO
0.456.070/19-9

**37º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA CO**



CNPJ/MF 00.308.141/0001-76
NIRE 35.212.653.341

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

(A) VALTER SANTOS LIMA JÚNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 14.893.882-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 101.773.738-06, residente e domiciliado na Avenida Jurucê, n. 664, apartamento 201-B, Indianópolis, CEP 04080-012, na cidade de São Paulo/SP, email valter.lima@connectcom.com.br ("Valter"); e

(B) JOSÉ MOURA DE SOUZA FILHO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 11.558.415-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 011.540.928-95, residente e domiciliado na Rua Coronel Oscar Porto, n. 472, apartamento 241, Paraíso, CEP 04003-002, na cidade de São Paulo/SP, email jose.moura@connectcom.com.br ("José");

na qualidade de sócios ("Sócios") representando a totalidade do capital social da **CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Avenida Bernardino de Campos, n. 98/100, 9º andar, Paraíso, CEP 04004-040, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.308.141/0001-76, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.212.653.341 ("Sociedade") e posteriores alterações sendo a última registrada sob nº 87.090/19-3 em sessão de 15.02.2019, têm entre si, justo e acordado, alterar o contrato social da Sociedade com o fito específico de promover tão somente a alteração do endereço da filial Bauru inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.308.141/0008-42 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.903.977.116, em sessão de 19.05.2011, ("Contrato Social") de acordo com os seguintes termos e condições:

I - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL BAURU/SP

Cláusula 1. Neste ato, altera-se o endereço da filial Bauru inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.308.141/0008-42 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.903.977.116, em sessão de 19.05.2011, passando a exercer suas atividades no endereço Rua Rio Branco, n.º 5-38, 3º andar, sala nº 32 do Edifício Centro Empresarial Rio Branco, Centro, Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, CEP 17010-190.

II - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 2. Por fim, os Sócios resolvem, de comum acordo e sem quaisquer ressalvas, em virtude da deliberação tomada acima, consolidar o Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**"CONTRATO SOCIAL DA
CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

CNPJ/MF 00.308.141/0001-76
NIRE 35.212.653.341

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, REGÊNCIA, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 1. A sociedade é constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e opera sob o nome empresarial de **CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** ("Sociedade"), sendo regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições aplicáveis às sociedades limitadas da Lei n. 10.406/02 ("Código Civil"), e, supletivamente, pela Lei n. 6.404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas").

Cláusula 2. A Sociedade tem sede na Avenida Bernardino de Campos, n.98/100, 9º andar, Paraíso, CEP 04004-040, na cidade de São Paulo/SP, e possui filiais nos seguintes endereços:

- (i) Filial São Paulo: Rua Mancel de Paiva, n. 234, Vila Mariana, CEP 04106-020, na cidade de São Paulo SP, CNPJ/MF n. 00.308.141/0002-57 registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.901.781.478, em sessão de 30.11.1995;
- (ii) Filial Bauru: Rua Rio Branco, n.º 5-38, 3º andar, sala nº 32, do Edifício Centro Empresarial Rio Branco, Centro, CEP 17010-190, na cidade de Bauru/SP, CNPJ/MF n. 00.308.141/0008-42 registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.903.977.116, em sessão de 19.05.2011; e
- (iii) Filial Brasília: SIBIS (Setor de Indústria Bernardo Sayão), Quadra 01, Conjunto A, Lote 04, Núcleo Bandeirante, CEP 71736-101, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CNPJ/MF n. 00.308.141/0009-23 registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o número 53.9.0034099-5 em sessão de 12.12.2014.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá abrir, transferir e encerrar filiais, agências, representações, depósitos, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação de Sócios representando a maioria do capital social.

Cláusula 3. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL

Cláusula 4. A Sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a prestação de serviços de assessoria e consultoria em informática, serviços de suporte técnico em informática, inclusive de instalação, configuração e manutenção de programas de computação e de bancos de dados, bem como serviços de suporte técnico em equipamentos de informática em geral, serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, programação, processamento de dados e congêneres, elaboração de programas de computadores, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, execução continuada de procedimentos de preparação ou processamento de dados de

gestão empresarial pública ou privada, e gerenciamento de processos de clientes, com o uso combinado de mão de obra e sistemas operacionais; (ii) a prestação de serviços especializados de construção civil, compreendendo a instalação e manutenção elétrica, assessoria, consultoria, instalação, implantação e manutenção de cabeamento estruturado de redes de informática, bem como a consultoria, projetos e implantação, gestão, planejamento, instalação e execução de construção de estruturas civis em geral e de infraestrutura e adequação em ambiente de data center; (iii) a prestação de serviços de contatos telefônicos, envolvendo serviços de call center, implantação de centrais de atendimentos para terceiros, recrutamento, treinamento, locação de mão-de-obra especializada, desenvolvimento, implementação, gerenciamento, execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento; (iv) a locação de equipamentos de informática e telefonia em geral; (v) o agenciamento ou intermediação de negócios contratuais; (vi) o comércio atacadista e importação de equipamentos e materiais de informática, telefonia e congêneres; e (vii) a participação em outras sociedades não financeiras, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócias, acionistas ou quotistas.

CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5. O capital social da Sociedade, expresso em moeda corrente nacional e totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.517.520,00 (dois milhões, quinhentos e dezessete mil quinhentos e vinte reais), dividido em 62.938 (sessenta e duas mil novecentos e trinta e oito) quotas sociais, com valor nominal de R\$40,00 (quarenta reais) cada, assim distribuídas entre os Sócios:

Sócio	N. Quotas	Valor (R\$)	Percentual
Valter Santos Lima Júnior	31.469	1.258.760,00	50%
José Moura de Souza Filho	31.469	1.258.760,00	50%
Total	62.938	2.517.520,00	100,0%

§1. A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital, na forma do disposto no art. 1.052 do Código Civil.

§2. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, exceto para os fins do art. 1.056 do Código Civil.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6. A administração da Sociedade será exercida por 2 (dois) administradores, pessoas físicas residentes na República Federativa do Brasil, sejam eles sócios ou não (os "Administradores").

Parágrafo Único. A administração da Sociedade será exercida pelos Sócios **VALTER SANTOS LIMA JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 14.893.882-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 101.773.738-06, residente e domiciliado na Avenida Jurucê, n. 664, apartamento 201-B, Indianópolis, CEP 04080-012, na cidade de São Paulo/SP; e **JOSÉ MOURA DE SOUZA FILHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 11.558.415-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 011.540.928-95, residente e domiciliado na Rua Coronel Oscar Porto, n. 472, apartamento 241, Paraíso, CEP 04003-002, na cidade de São Paulo/SP.

Cláusula 7. Os Administradores representarão a Sociedade individualmente em todos os atos necessários à gestão dos negócios usuais e normais, inerentes à operação da Sociedade, podendo também receber citações, notificações e intimações, realizar pagamentos, celebrar contratos, transigir e fazer acordos, reconhecer dívidas, admitir e demitir empregados, de acordo com as leis em vigor, sendo certo que todos os atos relativos a operações e movimentações com instituições financeiras dependerão da representação da Sociedade por ambos os Administradores, sob pena de nulidade de pleno direito.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser assinadas por 01(um) dos Administradores, isoladamente, e deverão identificar expressamente os poderes outorgados. Com exceção daquelas com poderes "ad judícia" e para a representação da Sociedade em procedimentos administrativos, as procurações outorgadas pela Sociedade terão prazo de validade não superior a 1 (um) ano.

Cláusula 8. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de sócios, administradores, procuradores, prepostos ou empregados que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, respondendo o infrator pelas perdas e danos.

Cláusula 9. Os Sócios poderão estipular uma retirada mensal aos Administradores, a título de "pró-labore", em valor a ser fixado tendo em vista as disponibilidades financeiras da Sociedade.

CAPÍTULO V – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 10. As deliberações dos Sócios serão tomadas em reunião ou assembleia de sócios, levando-se em consideração as regras de convocação, bem como os quóruns de instalação e deliberação estabelecidos, conforme o caso, na legislação aplicável, em acordo de sócios da Sociedade e neste Contrato Social. O direito de voto será exercido pelos Sócios de acordo com as suas participações no capital social da Sociedade.

§1. A reunião ou assembleia de sócios torna-se dispensável quando todos os Sócios decidirem, por escrito (inclusive por e-mail), sobre as matérias que seriam objeto dela.

§2. A reunião ou assembleia de sócios será convocada pelo(s) Administrador(es) da Sociedade mediante notificação escrita (inclusive por e-mail com aviso de recebimento), enviada a todos os Sócios com antecedência mínima de 3 (três) dias da data em que a reunião ou assembleia for se realizar. A convocação deverá (i) indicar o local, a data, a hora e a ordem do dia da reunião ou assembleia, e (ii) ser acompanhada de todos os documentos e informações a serem apreciados na reunião ou assembleia de sócios.

§3. Ficam dispensadas as formalidades de convocação previstas no parágrafo anterior quando todos os Sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, ou em caso de todos os Sócios assinarem a ata da respectiva reunião ou assembleia, ou se manifestarem por escrito nos termos do §1 supra.

§4. As reuniões e assembleias poderão ser presididas e secretariadas pelos Sócios, seus representantes legais ou por pessoas escolhidas dentre os presentes.

§5. Um Sócio poderá ser representado na reunião ou assembleia de sócios por

procurador devidamente constituído na forma do art. 1.074, §1º, do Código Civil, que deverá ter mandato específico para esse fim, em instrumento com firma reconhecida.

§6. As deliberações tomadas em conformidade com a Lei e com este Contrato Social obrigarão todos os Sócios, inclusive aqueles ausentes ou dissidentes.

Cláusula 11. A reunião ou assembleia ordinária de sócios deverá realizar-se pelo menos uma vez ao ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, na forma do art. 1.078 do Código Civil, com o objetivo de:

- (i) tomar as contas do(s) Administrador(es) da Sociedade e examinar e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade;
- (ii) designar o(s) Administrador(es) da Sociedade, quando for o caso; e
- (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Único. Os Sócios reunir-se-ão extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Cláusula 12. As reuniões ou assembleias de sócios serão instaladas em primeira convocação com a presença de Sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade e, em segunda convocação, com a presença de Sócios representando qualquer percentual do capital social da Sociedade.

Cláusula 13. As deliberações e respectivos quóruns observarão os artigos. 1.071 e 1.076 do Código Civil.

CAPÍTULO VI – HIPÓTESES DE DISSOLUÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

Cláusula 14. Em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação, insolvência, falecimento, incapacidade ou retirada de qualquer Sócio, a Sociedade não se dissolverá, podendo continuar seus negócios com os Sócios remanescentes. Observado o disposto nos Parágrafos seguintes, os haveres do Sócio em questão deverão ser apurados e pagos ao Sócio dissidente ou a seus sucessores (conforme o caso) de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula 16.

§1. Em caso de modificação do Contrato Social, fusão da Sociedade, sua transformação em qualquer outro tipo societário, incorporação de outra sociedade pela Sociedade, ou dela por outra sociedade, os haveres do Sócio que dissentiu serão apurados e pagos caso tal Sócio dissidente exerça seu direito de se retirar da Sociedade nos 30 (trinta) dias subsequentes à reunião, assembleia ou ato que aprovar respectiva modificação do Contrato Social, fusão, transformação ou incorporação.

§2. Em caso de morte ou incapacidade de Sócio cujo herdeiro ou sucessor não seja sócio da Sociedade, os haveres do Sócio falecido ou incapaz serão apurados e pagos caso esse herdeiro ou sucessor não obtenha a anuência prévia, expressa e por escrito dos Sócios remanescentes para ingressar na Sociedade.

§3. Em caso de falecimento ou incapacidade de todos os Sócios simultaneamente, a Sociedade será administrada, provisoriamente, pelo(a) herdeiro(a) necessário(a) dos Sócios que seja juridicamente capaz e que tenha,

comprovadamente, o maior tempo de experiência com negócios do ramo da Sociedade, até que sejam expedidos os respectivos formais de partilha referentes ao espólio de cada um dos Sócios.

Cláusula 15. Nas hipóteses da Cláusula 14, serão aplicáveis quaisquer regras de direitos de preferência sobre as quotas da Sociedade estabelecidas em acordos de sócios devidamente arquivados na sede da Sociedade.

CAPÍTULO VII – APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES, LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 16. Os haveres do Sócio que deixar a Sociedade em qualquer uma das hipóteses da Cláusula 14 serão apurados com base no valor justo de mercado das respectivas quotas e pago ao Sócio em questão observando o disposto nos Parágrafos a seguir:

§1. Na hipótese de discordância entre os Sócios sobre o valor justo de mercado das quotas envolvidas, a Sociedade deverá contratar empresa especializada de reputação nacional, que elaborará, no prazo de 30 (trinta) dias, um laudo de avaliação com data-base correspondente à data do evento de saída, mediante a utilização de métodos e critérios de avaliação que sejam mais adequados e usuais para o segmento de mercado da Sociedade ("Laudo").

§2. No prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do Laudo pela Sociedade, cada Sócio deverá manifestar, por escrito, sua concordância ou discordância em relação ao valor indicado no Laudo. A ausência de notificação por qualquer dos Sócios no prazo de 10 (dez) dias aqui previsto será interpretada como concordância em relação ao valor indicado no Laudo.

§3. Caso qualquer dos Sócios discorde do valor apresentado pelo Laudo, tal Sócio deverá, às suas próprias custas, contratar uma segunda empresa especializada de reputação nacional, que deverá emitir um segundo laudo de avaliação sobre o valor justo de mercado das quotas envolvidas, mediante a utilização dos mesmos métodos e critérios de avaliação utilizados para a elaboração do Primeiro Laudo ("Segundo Laudo"). O Segundo Laudo deverá ser enviado à Sociedade no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação que comunicar a discordância de tal Sócio, conforme o §2 supra.

§4. Caso os valores indicados no Laudo e no Segundo Laudo variem entre si (i) em até 20% (inclusive), o valor proposto pelo Laudo será considerado como o valor final e vinculará os Sócios, para todos os fins, sem a possibilidade de novas revisões ou questionamentos adicionais, ou (ii) em mais do que 20%, a Sociedade deverá, às suas custas, contratar uma empresa especializada de reputação nacional, para elaborar um novo laudo, mediante a utilização dos mesmos métodos e critérios de avaliação utilizados para a elaboração do Primeiro e do Segundo Laudo ("Terceiro Laudo"). O Terceiro Laudo deverá ser enviado à Sociedade no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Sociedade, do Segundo Laudo. Em caso de necessidade de um Terceiro Laudo, o valor justo de mercado das quotas envolvidas corresponderá à média aritmética entre os 2 (dois) laudos cujos valores sejam os mais próximos entre os 3 (três) laudos elaborados pelas empresas especializadas, sem a possibilidade de quaisquer revisões ou questionamentos adicionais. Caso a avaliação do Terceiro Laudo seja equidistante em relação às avaliações do Primeiro e ao Segundo Laudo, o valor justo de mercado das quotas envolvidas corresponderá à média aritmética entre os 2 (dois)

antecipada de 10 (dez) dias úteis ao Sócio indicado para exclusão, assegurando-se o exercício do seu direito de defesa. O não comparecimento do Sócio indicado para exclusão à Reunião de Sócios será considerado renúncia ao seu direito de defesa.

§2. Aprovada a exclusão do Sócio, ela será formalizada por instrumento particular de alteração de contrato social, subscrito por Sócios representando a maioria do capital social, devidamente registrado na competente Junta Comercial, sendo uma das vias entregues ao Sócio excluído para seu conhecimento.

§3. Os haveres do Sócio excluído serão apurados e pagos de acordo com o disposto na Cláusula 17, tomando-se como data de resolução (para fins do prazo para a apresentação do Balanço de Determinação e demais procedimentos pertinentes) a data da deliberação da exclusão.

CAPÍTULO IX – TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 20. A Sociedade poderá adotar qualquer outro tipo societário com a aprovação de Sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade.

CAPÍTULO X – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS

Cláusula 21. O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico da Sociedade.

§1. As demonstrações financeiras da Sociedade serão elaboradas de acordo com a legislação vigente e com os princípios de contabilidade e práticas contábeis aceitos no Brasil.

§2. Os resultados apurados ao final de cada exercício social terão a aplicação que vier a ser deliberada por Sócio ou Sócios representando a maioria do capital social, podendo ser:

- (i) distribuídos aos Sócios com observância da proporção das respectivas participações no capital social;
- (ii) distribuídos aos Sócios sem observância da proporção das respectivas participações no capital social; ou
- (iii) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros.

Cláusula 22. A aprovação das demonstrações financeiras por Sócios representando a maioria do capital social exonerará de responsabilidade os Administradores, salvo erro, dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 23. Qualquer disputa originária do presente Contrato Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução ("Disputa"), será submetida primeira e

obrigatoriamente à mediação *ad hoc*, a ser coordenada por mediador(a) indicado de comum acordo entre os Sócios e a Sociedade (conforme o caso) de modo a ser resolvida no prazo de 60 (sessenta) dias. Caso os Sócios e a Sociedade (conforme o caso) não cheguem a um consenso com relação à indicação de mediador(a) para resolução da Disputa mediante mediação *ad hoc*, a Disputa em questão será obrigatoriamente submetida à mediação administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP ("Câmara"), de acordo com o seu regulamento de mediação, a ser coordenada por mediador(a) selecionado dentro da lista de mediadores da Câmara, na forma do referido regulamento de mediação.

Cláusula 24. A Disputa não resolvida nos termos da Cláusula 23 será resolvida pelo Foro da Comarca de São Paulo/SP, o qual é neste ato eleito como o competente para dirimir quaisquer questões porventura oriundas do presente Contrato Social, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 25. Os acordos de sócios devidamente arquivados na sede da Sociedade, que estabeleçam cláusulas e condições para alienação de quotas de emissão da Sociedade, disciplinem o direito de preferência, regulem o exercício do direito de voto ou estabeleçam o exercício do poder de controle, dentre outros, serão respeitados pelos Sócios, pela Sociedade e por sua administração.

Parágrafo Único. O(s) Administrador(es) da Sociedade zelará(ão) pela observância dos acordos mencionados nesta Cláusula 25 e o presidente das reuniões ou assembleias de sócios deverá declarar a invalidade do voto proferido em contrariedade com as suas disposições."

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e efeito na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo/SP, 19/03/2019.

Sócios:

X

VALTER SANTOS DE LIMA JÚNIOR

X

JOSÉ MOURA DE SOUZA FILHO

Testemunhas:

1)

Nome: Enio de Souza Júnior

RG nº. 9.363.046 SSP/SP

2)

Leandro Santos Souza

Advogado - OAB/ SP nº 215.039



JUCESP